

**SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ANTECEDENTE E CONSEQÜENTE EM
PROPOSIÇÕES COM OPERADORES CONDICIONAIS**

Gabriel de Ávila Othero¹

RESUMO

Em linguagem natural, parece ser obrigatória a existência de uma relação de sentido entre o antecedente e o conseqüente em uma proposição com operadores condicionais do tipo *se... então*. Essa relação não está inerentemente ligada à forma lógico-semântica do operador, $P \rightarrow Q$ (se P, então Q), nem à sua sintaxe. Sempre nos esforçamos para interpretar a relação entre antecedente e conseqüente, de alguma forma. Quando a interpretação é difícil, acreditamos estar diante de sentenças pragmaticamente mal formadas. Por isso, acreditamos que a interpretação de um condicional dependa de inferências pragmáticas que o falante pode construir com a ajuda do contexto. A interpretação do condicional, em uma interface lingüística x comunicação, depende de elementos que vão além de uma análise formal. A estrutura de uma sentença condicional é determinada por sua sintaxe; a semântica da proposição garante que o uso do condicional dispare uma inferência de relação entre P e Q; e, em contexto, via pragmática, podemos determinar a natureza dessa inferência.

Palavras-chave: Condicionais. Semântica. Pragmática.

INTRODUÇÃO

Na linguagem natural, parece ser obrigatória a existência de uma relação de sentido entre o antecedente e o conseqüente em uma proposição com operadores condicionais do tipo *se... então*. Essa relação, como veremos, não está inerentemente ligada à forma lógico-semântica do operador, $P \rightarrow Q$ (*se P, então Q*), nem tampouco à sua sintaxe².

Neste artigo, tentaremos sustentar a idéia de que a relação entre o antecedente e o conseqüente em proposições com condicionais deve ser determinada por uma relação pragmática entre os termos. Grosso modo, tentaremos mostrar que a sintaxe determina a estrutura do tipo *se... então*; uma análise semântica dispara uma inferência de relação entre P e Q na estrutura $P \rightarrow Q$; e uma análise pragmática é responsável por determinar que tipo de relação será essa.

Estaremos caminhando em um terreno perigoso: no limite entre semântica e pragmática. Acreditamos que o estudo semântico do condicional, para nossos objetivos, deve ser complementado por uma análise pragmática. Em outras palavras: estudaremos o condicional em sua interface com a comunicação e por isso uma análise pragmática se faz necessária³. Veremos que a semântica do condicional será necessária para garantir uma relação entre P e Q e que essa relação deverá ser determinada pelo contexto, pelo uso pragmático de uma expressão contendo o condicional.

1 CONDICIONAIS

Em língua portuguesa, o conector lógico $P \rightarrow Q$ pode expresso pelos conectores *se... (então)* (mas cf. nota 1). Vejamos alguns exemplos:

(1) Se Chomsky vier ao Brasil, ele falará de política.

- (2) Se eu comprei uma rosa, então eu comprei uma flor.
 (3) Se Darwin não tivesse publicado sua obra, outra pessoa o teria feito.⁴

A pergunta que guiará nosso trabalho e que podemos fazer a respeito de frases como (1), (2) e (3) é a seguinte: qual é a relação entre o antecedente e o conseqüente ligado por um conector condicional? Ou seja, qual é a relação semântica ou pragmática que estabelecemos entre P e Q em $P \rightarrow Q$? E como estabelecemos essa relação?

Para Gouveia et al (2002, p. 217),

A função lógica do condicional é estabelecer regras de inferência. A relação “se-então” apresenta uma forma gramatical tal que quando completada com as proposições “p” e “q”, por exemplo, tem como resultado a seguinte regra inferencial: “p/q”, ou seja, se “p” for estabelecido, “q” pode ser imediatamente concluído [...]. O “p” e algum tipo de condição do qual o “q” depende. O relacionamento entre eles é descrito como implicação ou vinculação lógica. (grifos nossos).

Essa idéia de que “a função lógica do condicional é estabelecer regras de inferência” parece bem interessante e voltaremos a ela mais adiante.

Utilizamos o condicional relacionando uma proposição atômica P com uma proposição atômica Q. A relação semântica entre as duas proposições P e Q pode ser de diferentes tipos. Talvez a relação mais comum entre o antecedente e o conseqüente seja a relação de *causa e conseqüência*, como podemos ver nos exemplos (4) e (5)⁵:

- (4) Se Sócrates ingerir cicuta, ele morrerá.
 (5) Se fizer sol, o João irá para a praia.

Em (4), a causa da morte de Sócrates (causa de Q) será sua ingestão de cicuta (P); em (5), o João irá para a praia (Q) como conseqüência de um tempo ensolarado (P).

No entanto, essa relação de causa e conseqüência não deve ser interpretada como canonicamente disparada pelo simples uso do condicional. O condicional não expressa *per se* essa relação: nem a semântica-lógica do condicional garante essa relação, nem sua ordenação sintática. A prova disso é que podemos ter as sentenças (6) e (7), em que P e Q não apresentam uma relação de causa e conseqüência; e (4') e (5'), em que o diferente ordenamento sintático das sentenças (4) e (5) não interfere na relação de causa e conseqüência entre antecedente e conseqüente⁶:

- (6) Se os convidados de João estiverem com fome, eles deveriam ter avisado.
 (7) Se Elvis estivesse vivo, ele seria um milionário.
 (4') Sócrates morrerá se ingerir cicuta.
 (5') O João irá para praia se fizer sol.

Vale lembrar que não nos interessa aqui estudar todas as relações de sentido entre P e Q⁷. O que aqui nos interessa investigar é o fato de que o falante sempre tenta estabelecer uma relação de sentido entre P e Q, independentemente do tipo de relação que possa ser.

2 UMA LEITURA PRAGMÁTICA DO CONDICIONAL

Em princípio, podemos exemplificar em linguagem natural a expressão $P \rightarrow Q$ com quaisquer proposições. Por exemplo:

P	Q
Chove	A Bovespa vai subir
Faz calor	Platão é grego
Chomsky é norte-americano	Faz calor

Qualquer das combinações acima é possível:

(8) Se chove, então

(a) a Bovespa vai subir.
(b) Platão é grego.
(c) Faz calor.

(9) Se faz calor, então

(a) a Bovespa vai subir.
(b) Platão é grego.
(c) Faz calor.

(10) Se Chomsky é norte-americano, então

(a) a Bovespa vai subir.
(b) Platão é grego.
(c) Faz calor.

Mas por que algumas das – ou mesmo *todas* as – sentenças que geramos acima podem parecer anômalas?

O que tentaremos mostrar aqui é que sempre nos esforçamos para interpretar a relação entre antecedente e conseqüente, de alguma forma. Quando a interpretação é difícil, acreditamos estar diante de sentenças *pragmaticamente* mal formadas. Por isso, acreditamos que a interpretação de um condicional dependa de *inferências pragmáticas* que o falante pode construir com a ajuda do contexto⁸.

Para Gouveia et al (2002, p. 218),

Um aspecto importante para o raciocínio dedutivo é a habilidade de raciocinar apenas em termos da relação formal entre as premissas, independentemente do seu valor-verdade empírico. Como a única relação que precisa existir entre as cláusulas de uma sentença condicional é a expressa pela tabela de verdade, proposições totalmente não relacionadas podem aparecer nessas cláusulas, sujeitas apenas à condição de que elas devem ter valores-verdade apropriados para serem consideradas válidas⁹.

Em outras palavras, tentamos, de alguma forma estabelecer *algum tipo de relação de significado* entre P e Q, ainda que isso não seja um requisito exigido pela proposição molecular de forma lógica $P \rightarrow Q$. Se aparentemente não há qualquer relação entre o antecedente e o conseqüente, tentaremos forçar uma relação de sentido entre os dois termos.

Conforme Akmajian et al (1993, p. 315),

Se a conexão entre a intenção comunicativa do falante (a mensagem) e a sentença *não* é uma codificação convencional da mensagem na sentença pelo seu significado, então qual é? Qual é a conexão entre sons e intenções comunicativas que faz com que a comunicação em todas as suas formas seja possível?

Basicamente, a conexão é *inferencial*. [...] A comunicação lingüística é bem sucedida quando o ouvinte, em ouvindo uma afirmação, reconhece a intenção comunicativa do falante. [...]

A comunicação lingüística é possível porque o falante e o ouvinte compartilham um sistema de estratégias inferenciais que levam da afirmação de uma expressão ao reconhecimento da intenção comunicativa do falante pelo ouvinte¹⁰. (grifos dos autores)

Quando nos deparamos com uma sentença condicional, partimos, enquanto ouvintes, da suposição de que deve haver um sentido conectando as duas proposições atômicas ligadas pela conjunção condicional. E é isso que, de certa maneira, “nos força” a encontrar alguma relação de sentido na proposição. O contexto de uso da sentença irá determinar seu sentido. Vejamos os exemplos (11), (12), (13) e (14):

(11) Se chover amanhã, então a Bovespa vai subir.

(12) Se você for dirigir, então beba leite.

(13) Se você for beber, então não governe.

(14) Se a Terra é redonda, por que se chama Planeta?

Aparentemente, (11), (12), (13) e (14) são pragmaticamente anômalas. Qual a relação de sentido entre P e Q nessas frases? Aparentemente nenhuma (ou uma relação muito distante). No entanto, todas essas sentenças foram retiradas de contextos espontâneos de comunicação. Iremos mostrar que, em seu contexto, essas sentenças deixam de ser pragmaticamente anômalas. Observe o contexto de cada uma delas:

(11) Se chover amanhã a Bovespa vai subir.

Contexto: *Se o preço do petróleo subir a Bovespa vai subir; caso contrário, a Bovespa vai subir também. Se o país crescer pouco a Bovespa vai subir, se subir muito também. Se for reeleito o cara, a Bovespa vai subir, se for eleito o outro, também. Se chover amanhã a Bovespa vai subir, e se não chover? Já sabem né? Vai subir também.*¹¹

(12) Se você for dirigir, então beba leite.

Contexto: esta frase estava escrita em um caminhão de uma companhia leiteira. Ela faz claramente uma relação intertextual com a frase que circula na mídia: “se você for dirigir, não beba”.

(13) Se você for beber, então não governe.

Contexto: esta frase apareceu em adesivos de campanha política antiPT. Ela foi utilizada antes das eleições de 2006, fazendo referências aos candidatos do PT à Presidência da República e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que supostamente poderiam ser alcoólatras. Ela também faz uma relação intertextual com a frase “se você for dirigir, não beba”.

(14) Se a Terra é redonda, por que se chama Planeta?

Contexto: *Então se a Terra é redonda, porque se chama Planeta? Não teria mais lógica se se chamasse Redondeta? Dá que pensar não é?*¹²

Em contexto, conseguimos estabelecer uma relação de significado entre antecedente e conseqüente. De acordo com Lakoff (1970, p. 175), “a linguagem natural é usada para comunicação em um contexto, e toda vez que um falante usa uma sentença de sua língua... ele está fazendo certas suposições sobre aquele contexto”¹³.

Quando usamos uma proposição do tipo $P \rightarrow Q$ na comunicação em linguagem natural, estamos partindo da suposição de que nosso interlocutor esteja respeitando algumas das *Máximas Conversacionais* e o *Princípio de Cooperação*, tal como estabelecido por Grice¹⁴.

De acordo com Gouveia et al. (2002, p. 223),

[...] Tendo em vista que a conversação é regida pelo Princípio de Cooperação e pelas Máximas, o ouvinte procura dar um sentido ao enunciado que esteja de acordo com essas implicações conversacionais. Para isso, as pessoas acreditam que seus interlocutores estão sendo o mais informativo, verdadeiro, relevante e claro que conseguem.

No caso da compreensão dos condicionais, acreditamos que a Máxima de Relação (também chamada de Máxima de Relevância) desempenha papel crucial. A Máxima de Relação diz respeito à relevância e pertinência daquilo que é dito pelo falante em um ato de conversação. Basicamente, a Máxima diz: seja relevante.

Ora, podemos muito bem expressar quaisquer proposições atômicas ligadas por um condicional; porém, como vimos, costumamos achar *pragmaticamente* anômalas algumas proposições que aparentemente não apresentam uma relação clara entre si. Essa relação, para ficar clara, deve ser contextualizada. São os elementos pragmáticos que são responsáveis por determinar a boa formação de sentenças condicionais. Mas não só eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação do condicional, em uma interface linguística x comunicação, depende de elementos que vão além de uma análise *formal*. A estrutura de uma sentença condicional é determinada por sua sintaxe. A semântica da proposição garante que o uso do condicional dispare uma inferência de relação entre P e Q. E, em contexto, via pragmática, podemos determinar a natureza dessa inferência.

A expressão *se P... então Q* não garante *per se* uma relação de sentido entre P e Q; a semântica do condicional deve ser implementada por seus efeitos pragmáticos, por seu uso no contexto. Mas isso não pode ser visto como uma generalização banalizada. Isso não significa que é *apenas* no contexto de uso que poderemos entender o sentido de uma proposição com condicional. Isso é um absurdo. A análise semântica do condicional é responsável por permitir que exista uma relação entre P e Q, relação esta que *deverá* ser estabelecida em uso e que já está prevista na semântica do condicional.

ON THE RELATION BETWEEN ANTECEDENT AND CONSEQUENCE IN PROPOSALS WITH CONDITIONAL OPERATORS

ABSTRACT

The existence of meaning in a relation between the antecedent and the consequent terms in a proposition with a conditional operator (such as *if... then*) seems mandatory in natural language. This relation is not inherently derived from the logic form of the conditional operator, $P \rightarrow Q$ (if P, then Q), nor from its syntax. But we always force a natural relation between the two terms. When we have trouble to establish such relation, we believe we are facing ill-formed sentences in pragmatic terms. Thus, we believe that the interpretation of a conditional operator in natural language, when understood in an interface linguistics x

communication, depends on elements that extrapolate formal analysis. The structure of a sentence with a conditional operator is determined by its syntax; the semantics of the proposition guarantees that the conditional triggers a relation inference between P and Q; and, via pragmatics, we can determine, in a situation context, the nature of such relation.

Keywords: Conditionals. Semantics. Pragmatics.

NOTAS

- ¹ Doutorando em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS / bolsista CNPq.
- ² Neste artigo, trabalharemos apenas com a expressão condicional *se... (então)*. Contudo, o condicional é expresso em português também por outras conjunções, como *caso*, *contanto que*, *salvo se*, *sem que*, *desde que*, *a menos que*, *a não ser que*, etc.
- ³ Sobre a distinção Semântica\Pragmática, ver o interessante artigo de Pires de Oliveira & Basso (2007) e a entrevista de Searle (SEARLE, 2007), por exemplo. Sobre o tratamento do condicional na interface Semântica\Pragmática, ver, por exemplo o ilustrativo texto de Moura (2007).
- ⁴ Não faremos a distinção entre condicionais materiais e condicionais contrafactuais neste texto. Essa distinção não é relevante para o ponto sobre o qual nos debruçamos aqui. Para saber mais sobre os condicionais contrafactuais, remetemos o leitor a Lewis (1973), von Fintel (1999), Higginbotham (2003) e as referências citadas nesses trabalhos.
- ⁵ Além de nossa própria intuição como falantes nativos, muitos estudos afirmam ou sugerem que essa seja uma relação facilmente estabelecida pelos falantes ao se depararem com uma proposição do tipo $P \rightarrow Q$. Cf., por exemplo, König (1986), Comrie (1986), Gouveia et al. (2002), Santos (2006a, 2006b) entre outros. Cf., no entanto, Gillies (2007).
- ⁶ Heronides Moura e Leonor Santos (em comunicação pessoal) deram o seguinte exemplo: “Se você estiver com sede, há cervejas geladas na geladeira”. O comentário sobre o exemplo é mais ou menos o que segue: “Como seria bom se o condicional sempre expressasse uma relação de causa e consequência. Dessa forma, cada vez que eu ficasse com sede, iria aparecer uma geladeira repleta de cervejas geladas!”. Para isso, remetemos o leitor a Ducrot (1977), Dudman (1986) e Santos (2006b).
- ⁷ Estamos empregando o termo *inferências pragmáticas* no sentido de Grice (1957, 1975), Bach & Harnish (1959) e Akmajian et al. (1993). E entendemos *contexto* como o conjunto de informações relevantes compartilhadas pelos interlocutores durante a conversação (cf. Moura (2000), por exemplo).
- ⁹ Os autores mencionam “valores-verdade” dos condicionais. A tabela de valor de verdade dos condicionais é a seguinte:

P	→	Q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F

- ¹⁰ Trecho original: “If the connection between a speaker’s communicative intention (message) and a sentence is *not* one of conventional coding of the message into the sentence via its meaning, then what is it? What is the connection between sounds and communicative intentions that makes communication in all its forms possible? Basically, the connection is *inferential*. [...] Linguistic communication is successful when the hearer, upon hearing an expression, recognizes the speaker’s communicative intention. [...] Linguistic communication is possible because the speaker and hearer share a system of inferential strategies leading from utterances of an expression to the hearer’s recognition of the speaker’s communicative intent”. Retirado do website <http://bandeide.blogspot.com> em 20 de novembro de 2006.
- ¹² Esta piada foi retirada do website http://opandadohavai.blogspot.com/2003_11_01_opandadohavai_archive.html, em 20 de novembro de 2006.
- ¹³ Trecho original: “Natural language is used for communication in a context, and every time a speaker uses a sentence of his language... he is making certain assumptions about that context”.
- ¹⁴ Cf. Grice (1957) e (1975), Levinson (1983) e Bach (2005).

REFERÊNCIAS

- AKMAJIAN, A. et al. Pragmatics: the study of language use and communication. In: AKMAJIAN, A. et al. *Linguistics – an introduction to language and communication*. Cambridge: MIT Press, 1993.
- BACH, K. The top 10 misconceptions about implicature. In: BIRNER, B. J.; WARD, G. (Eds.) *Drawing the boundaries of meaning*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.
- BACH, K.; HARNISH, R. *Linguistic communication and speech acts*. Cambridge: MIT Press, 1979.
- COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. (Org.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- DUCROT, O. *Dizer e não dizer: princípios da semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DUDMAN, V. H. Antecedents and consequents. *Theoria*, v. 52, 1986.
- GILLIES, A. S. On truth-conditions for 'if' (but not quite only 'if'). Semanticsarchive.net, 2007. [<http://semanticsarchive.net/Archive/WZhOGRmY/>].
- GOUVEIA, E. L. et al. Raciocínio condicional: influências pragmáticas. *Estudos de psicologia*, vol. 7, n. 2, 2002.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Eds.) *Syntax and semantics 3: speech acts*. New York-London: Academic Press, 1975.
- GRICE, H. P. Meaning. *Philosophical review*, 66, 1957.
- HIGGINBOTHAM, J. Conditionals and compositionality. *Philosophical perspectives* 17, Blackwell, 2003.
- KÖNIG, E. Conditionals, concessive conditionals and concessives: areas of contrast, overlap and neutralization. In: TRAUGOTT, E. C. (Org.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- LAKOFF, G. Linguistics and natural logic. *Synthese*, 22, 1970.
- LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LEWIS, D. *Counterfactuals*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1973.
- MOURA, H. M. M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 2000.

MOURA, H. M. M. Pragmática: uma entrevista com Heronides Moura. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Ano 5, n. 8, mar. 2007. ISSN 1678-8931 [<http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/index.htm>].

PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. A Semântica, a pragmática e os seus mistérios. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Ano 5, n. 8, mar. 2007. ISSN 1678-8931 [<http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/>].

SANTOS, L. *Semântica de condicionais e contexto*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, 2006b.

SANTOS, L. Semântica de condicionais e contexto. Trabalho apresentado no *INES – Núcleo de Estudos Lexicais*. Florianópolis, UFSC, 2006a.

SEARLE, J. Filosofia da Linguagem: uma entrevista com John Searle. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Ano 5, n. 8, mar. 2007. ISSN 1678-8931 [<http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/index.htm>].

VON FINTEL, K. Counterfactuals in a dynamic context. In: KENSTOWICZ, M. *Ken Hale: a life in language*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1999.